

Covas apela e 'progressistas' mudam posição

BRASÍLIA — A Comissão da Organização dos Poderes negou ontem ao PT, por 34 a 16 votos, recurso que permitiria a indicação de mais um constituinte, além dos dois que o partido já tem, para integrar a Comissão de Sistematização. O grupo "progressista" do PMDB, que estava inclinado a votar em favor do recurso, recuou por orientação do Líder do partido na Constituinte, Senador Mário Covas.

Foi um movimento de Covas no sentido de não dividir o PMDB, uma vez que a ala "moderada" do partido não estava disposta a ceder espaço, pois o recurso, se aceito, acarretaria a perda de quatro constituintes pemedebistas na Comissão de Sistematização. As vagas seriam preenchidas pelo PT e pelo PDT.

A corrente "progressista" do PMDB tinha em vista ganhar aliados na Sistematização, se quatro integrantes da ala "moderada" fossem substituídos por petistas e pedetistas. O Senador José Fogaça, por exemplo, admitiu que esteve tentado a apoiar o recurso, mas mudou de ideia ao ouvir as explicações do Líder Mário Covas.

A Comissão de Organização dos Poderes rejeitou também, por 31 a três votos, recurso do Deputado Amaral Netto (PDS-RJ), que pretendia excluir da Comissão de Sistematização os Relatores de Subcomissões que tiveram seus relatórios derrotados.

Governador não aceita discutir a divisão da Bahia

SALVADOR — "Não há o que discutir em relação à divisibilidade da Bahia" disse ontem o Governador Waldir Pires ao discursar no encerramento do ato público que lançou a campanha "A Bahia Não Se Divide", idealizada pela Associação Comercial. A campanha tem o objetivo de mobilizar a população contra o projeto do Deputado Fernando Gomes (PMDB-BÁ), que propõe a criação do Estado de Santa Cruz pelo desmembramento de áreas do Sul e do Leste da Bahia. O projeto sugere também a incorporação de áreas do território baiano a Pernambuco, Goiás, Minas Gerais e Sergipe.

Pires exortou empresários, políticos e representantes de entidades civis presentes ao ato a não permitir a divisão do Estado, argumentando que a Bahia, desde os primórdios da formação do Brasil, sempre teve os atuais contornos e precisa manter essa integridade para ser forte politicamente.

Ele manifestou a confiança de que o parecer do Senador José Richa, Relator da Comissão em que projeto de criação do Estado de Santa Cruz está incluído, seja desfavorável à ideia. Uma comitiva formada de deputados estaduais baianos segue hoje para Brasília a fim de acompanhar a votação.

Ulysses garante vaga de todos os relatores na Sistematização

Foto de Gilberto Alves



Ulysses toma o partido dos relatores 'progressistas'

BRASÍLIA — Os relatores das subcomissões e comissões temáticas não perderão o direito de integrarem a Sistematização ainda que seus relatórios tenham sido derrotados, caso de Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE), da Reforma Agrária, e Virgildásio de Senna (PMDB-BA), dos Princípios Gerais da Ordem Econômica.

A decisão é do Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que garantiu ontem aos relatores que impedirá qualquer manobra dos "moderados" neste sentido.

Uma questão de ordem sobre o assunto foi levantada pelo Líder do PDS, Deputado Amaral Netto, e encaminhada à Comissão de Organização dos Poderes para deliberação (ainda não foi votada por falta de quorum). Tentativa no mesmo sentido já havia sido feita por Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que por ocasião da votação do relatório de Lima Filho encaminhou questão de ordem à Mesa da Constituinte para saber qual seria o destino do Relator. Ulysses respon-

deu que se o relatório fosse derrubado pela Comissão, seu presidente poderia indicar outro relator desde que o titular se recusasse a assinar o parecer vitorioso. Por orientação do Líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, Lima Filho e Virgildásio subscreveram o relatório final.

Desde que Covas anunciou a relação dos relatores do PMDB, o grupo "moderado" vem articulando uma forma de alterar a composição da Sistematização, com a eventual substituição dos constituintes considerados "progressistas". Na estratégia de votação que os "moderados" vêm estruturando com vistas à aprovação de relatórios que lhes são convenientes,

esta resposta de Ulysses era fundamental, bem como uma decisão da Comissão de Organização dos Poderes que oficializaria a substituição.

Procurado pelos relatores, preocupados com a ameaça de perder a vaga na Sistematização, onde pretendem lutar pelos pontos-de-vista derrubados nas duas primeiras fases da Constituinte, Ulysses foi taxativo: nesta fase em que serão votados os relatórios das oito comissões temáticas não serão admitidos substitutos e os constituintes deverão votar item por item das propostas. A atitude de Ulysses provocou um comentário de Afif Domingos (PL-SP):

— Ele está fechado com os relatores.

Um dos que ficou tranqüilo foi o Relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, Egydio Ferreira Lima (PMDB-PE). Mesmo assim, ele admitiu que o clima da votação amanhã será semelhante ao da véspera da votação dos relatórios das subcomissões:

— Naquele fim de semana também havia uma certa euforia, uma certeza de que os relatórios seriam aprovados, mas através de manobras regimentais todo o trabalho foi prejudicado. Isto pode acontecer novamente porque decisões políticas são como observar nuvens: cada vez que se observa, a coisa está de uma maneira diferente — explicou.

Sant'Anna procura Egydio e não acha

BRASÍLIA — O Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, não participou da reunião entre Ulysses Guimarães e os relatores das comissões temáticas porque estava interessado especificamente em ouvir o Deputado Egydio Ferreira Lima sobre o sistema de Governo que irá propor em seu anteprojeto. Como Egydio não foi, ele também não compareceu. Houve outro desencontro: ambos deveriam ter participado de um almoço na casa de Ulysses, terça-feira passada, mas o encontro foi cancelado.

Egydio Ferreira Lima justificou ontem sua ausência na reunião com Ulysses: tem 1.153 emendas para analisar até amanhã.

Entidades farão campanha para as emendas populares

BRASÍLIA — Mais de 50 entidades representativas da sociedade e de movimentos sindicais, populares e estudantis, lançarão, no próximo dia 16, a campanha nacional de apoio às emendas populares a serem apresentadas à Comissão de Sistematização da Constituinte. Em 17 de julho, data escolhida como o Dia Nacional de Mobilização e Coleta de Assinaturas, que será comemorada em todos os Estados, serão realizados atos públicos, debates, comícios e shows.

O evento está sendo organizado pelo Centro de Estudos de Acompanhamento da Constituinte (CEAC), da Universidade de Brasília (UnB), e visa a intensificar a mobilização popular junto à Constituinte. Até o momento, 35 emendas foram elaboradas por entidades e movimentos populares.

No dia 16, os representantes das entidades que participarão do ato público se reunirão, pela manhã, para avaliar o andamento da campanha. A preocupação é evitar que haja lacunas provocadas pelo trabalho individual de cada setor, sem a unificação da campanha.

As questões econômicas, por exemplo, praticamente não têm sido contempladas pelas entidades que representam os segmentos civis e populares da sociedade. Em contrapartida, sabe-se que setores "conservadores" têm coletado assinaturas para uma emenda que prioriza o caráter da livre empresa.

Até o momento, somente a Confe-

rência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) preocupou-se com a ordem econômica. Ela elaborou proposta popular para que a organização da ordem econômica seja fundamentada no reconhecimento da primazia do trabalho sobre o capital.

Visando a suprir lacunas semelhantes, o Centro de Estudos de Acompanhamento da Constituinte vai promover, no mesmo dia do lançamento da campanha de coleta de assinaturas, um debate com as entidades sobre a possibilidade de elaboração de um texto único com as questões centrais da Constituinte, em forma de manifesto, e de uma emenda unitária de iniciativa popular.

Nessa mesma reunião, deverá ser decidida a data em que as diversas entidades entregarão, em conjunto, todas as emendas de iniciativa popular à Mesa da Constituinte. Pretende-se, com isso, criar um impacto junto ao Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral, e aos constituintes. O ato deverá acontecer na primeira quinzena de agosto, antes de se encerrar o prazo para a apresentação de emendas ao projeto do Relator da Comissão de Sistematização.

As principais emendas elaboradas por entidades populares e que encontram-se em fase de coleta de assinaturas são relativas aos direitos dos trabalhadores, reforma agrária, educação, questões urbana e indígena.

No Congresso, trabalhadores rurais e religiosos defendem suas propostas

BRASÍLIA — Com objetivos diferentes, mas idêntica disposição, um grupo de católicos e evangélicos e outro de trabalhadores rurais quebraram ontem a rotina do Salão Verde do Congresso Nacional — que dá acesso ao plenário e aos Gabinetes das lideranças partidárias — na tentativa de sensibilizar os constituintes para as teses que desejam ver garantidas na nova Constituição.

Os trabalhadores rurais, cerca de 700, organizados pela Contag, vieram de várias partes do País para defender a implantação da reforma agrária. Divididos em quatro grupos, percorreram uma série de gabinetes. No fim da tarde, reunidos no Salão Ver-

de, transmitiram sua principal reivindicação em ritmo de forró, com versos que agradeciam "a todo constituinte o que puder fazer pelo trabalhador" e reclamavam que "sem reforma agrária, o trabalho é uma ilusão, pois o suor do trabalhador vai para o bolso do patrão".

Pouco antes, cerca de 60 religiosos, entre católicos e evangélicos, utilizaram o Salão Verde como ponto final de uma passeata iniciada no Senado. Entoando o Hino Nacional e uma série de cânticos religiosos, os manifestantes exibiram faixas com mensagens contra o aborto e a pornografia.

Líder do Governo não crê mais em entendimento com 'progressistas'

BRASÍLIA — O Líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, está convencido de que as maiores dificuldades para o entendimento dentro do PMDB estão em questões institucionais — como o mandato do Presidente Sarney e o sistema de Governo —, e não em questões programáticas, como a reforma partidária. Apesar de declarar-se disposto a negociar com os "progressistas" do PMDB uma fórmula que atenda a todas as correntes nas votações da Constituinte, Sant'Anna está pessimista quanto a resultados e já está mobilizando seu grupo para marcar posição e vencer as votações nas comissões temáticas.

A previsão, ontem, mesmo dentro do chamado setor "progressista" do PMDB, era a de que os "moderados" vencerão novamente as votações nas Comissões da Ordem Econômica e da Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Nestas duas comissões deverá ficar nitidamente marcada a divisão do PMDB.

Na Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, a expectativa é a de que as divergências não sejam em função de questões partidárias, mas regionais. Cada parlamentar votará na tentativa de fazer prevalecer um melhor tratamento tributário para sua região. Na Comissão da Ordem Social, onde há um

certo equilíbrio entre "progressistas" e "moderados", a avaliação feita ontem por dirigentes do PMDB é de que se chegue a um entendimento, com ligeiro avanço por parte dos "progressistas".

O Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, disse ontem que tentará o entendimento até o último momento com todas as correntes do PMDB, de modo a que nas votações prevaleça o programa partidário. Ele participou de reunião na casa do Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, com os Líderes na Câmara, Luiz Henrique, e no Senado, Fernando Henrique Cardoso, na noite de terça-feira, com relatores de comissões temáticas, para uma avaliação de seus substitutivos.

Houve, por exemplo, acordo das lideranças na definição do que é empresa nacional, mas não ocorreram progressos em relação à reforma agrária. Durante a reunião com o Relator da Comissão da Ordem Social, Almir Gabriel, chegou-se a uma proposta sobre o item relativo à estabilidade do trabalhador no emprego: ao invés da estabilidade no primeiro dia da contratação, ela deve ser assegurada ao trabalhador a partir de dois anos no emprego. Na conversa com o Relator Artur da Távola ficou acertada a manutenção da reserva de mercado para a informática.